

LETRAS DE HOJE

N.º 24

JUNHO DE 1976

Cr\$ 30,00

**estudo e debate
de assuntos de
lingüística, literatura
e língua portuguesa**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Centro de Estudos de Língua Portuguesa
Curso de Pós-graduação em Linguística e Letras

LETRAS DE HOJE já editou 24
números. O preço da assinatura
— 4 número anuais — é de
Cr\$ 80,00 para o Brasil,
\$US 15 para o Exterior
Números avulsos — Cr\$ 30,00
Os pagamentos devem ser feitos
por cheque bancário ou através
de vale postal em favor da
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul.

A redação aceita contribuição de sua especialidade

Aceitamos livros e revistas para resenões

REDATORES RESPONSÁVEIS

IR. ELVO CLEMENTE
IR. MAINAR LONGHI

REVISÃO E CORRESPONDENCIA

PROFA. LAIS M. MANO CANDIA

LETRAS DE HOJE aceita trocas

On demande l'échange

We ask for exchange

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LETRAS
CENTRO DE ESTUDOS DA LINGUA PORTUGUESA
EM CONVENIO COM O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA
AV. IPIRANGA, 6681 — Caixa Postal 1429 — PORTO ALEGRE

PROBLEMAS ATUAIS DE LINGUAGEM EM PLATÃO	Urbano Zilles	pág. 7
A LINGUAGEM — SUA FUNÇÃO E USOS	Prof. José Marcelino Poersch	pág. 14
HIPÓTESES E VERIFICAÇÃO DE HIPÓTESES	Lyrís Wiedemann	pág. 21
FRACASSO NO ENSINO É GERAL	Comissão do MEC	pág. 34
SITUAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	Ir. Elvo Clemente	pág. 44
PARA UMA PEDAGOGIA DA EXPRESSÃO ESCRITA	Gilberto Scarton	pág. 48
O ENSINO DO PORTUGUÊS NO EXTERIOR	Eplácio Torres	pág. 62
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA ORTOGRAFIA	Telisa Weber Furlanetto	pág. 68
A LEITURA EXTENSIVA COMO MEIO PARA DESPERTAR O GOSTO PELA LEITURA	Lia Lourdes Marquardt	pág. 72
POEMAS DE ANTÔNIO OSÓRIO		pág. 79
LÁ FORA A CHUVA... (CRÔNICA)	Mirna Dietrich	pág. 82
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS		
I LINGÜÍSTICA E HUMANISMO	Lella Erbolato Melo	pág. 84
II PARA UMA PEDAGOGIA DA EXPRESSÃO ESCRITA	Ir. Elvo Clemente	pág. 87
III FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA	Ir. Elvo Clemente	pág. 89
IV FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA	Urbano Zilles	pág. 90
V A SEMÂNTICA GERATIVA E O ARTIGO	Christian Lehmann	pág. 92
VI INFLUÊNCIAS DE DIFERENTES SITUAÇÕES ESTÍMULO NA CRIATIVIDADE EM REDAÇÃO	Ir. Elvo Clemente	pág. 99

PROBLEMAS ATUAIS DE LINGUAGEM EM PLATÃO

Urbano Zilles

Depois de Ferdinand de Saussure (1857-1913), para muitos estudiosos tornou-se evidente o caráter arbitrário do signo lingüístico e a sua estrutura diferencial como unidade entre significante e significado (1). Entretanto, seria errôneo pensar que, neste ponto, Saussure foi totalmente original. Platão (428-347 a.C.), em seu diálogo **Crátilo**, discute tais questões com muita sagacidade.

1 — O tema do diálogo

O diálogo de Platão, acima mencionado, realiza-se entre três personagens: Hermógenes, Crátilo (1.º mestre de Platão) e Sócrates. Hermógenes e Crátilo discutem sobre a "justeza dos nomes" quando, de súbito, aparece Sócrates. Crátilo sustenta a tese de que "cada coisa tem, por natureza, um nome apropriado e que não se trata de denominação, que alguns homens convencionaram lhes dar como designá-las por determinadas vozes de sua língua, mas que, por natureza tem sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os helenos como entre os bárbaros em geral" (2). Hermógenes defende ponto de vista contrário: "A justeza dos nomes não se baseia em outra coisa que não seja convenção e acordo... Nenhum nome é dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que se habituaram a chamá-la dessa maneira" (3).

Hermógenes pede a Sócrates que participe na discussão. Este declara-se incompetente, mas dispõe-se a estudar o assunto proposto com eles. O diálogo processa-se em duas etapas. Na primeira, a mais longa, Sócrates contraria Hermógenes, tentando mostrar que os nomes representam a essência das coisas; na segunda, faz ver a Crátilo que sua teoria merece uma série de restrições.

Hermógenes defende a tese de que a exatidão ou justeza dos nomes é convencional. Sócrates conduz a reflexão crítica com lógica cerrada. Num primeiro passo, mostra a Hermógenes que a convenção não poderá ser o capricho individual de cada um. Aponta para o aspecto objetivo ou social: "Se eu dou nome a uma coisa qualquer, digamos, se ao que hoje chamamos homem, eu der o nome de cavalo, a mesma coisa passará a ser denominada homem por todos, e cavalo por mim particularmente, e, na outra hipótese, homem apenas para mim, e cavalo para todos os outros" (4).

O problema da linguagem apresenta-se como um problema de conhecimento. Sob este aspecto, há o discurso verdadeiro e o falso, pois a palavra permite dizer o que é e o que não é. A doutrina de Pitágoras de que "o homem é a medida de todas as coisas", no mínimo, não poderá ser interpretada de modo subjetivista. Constatamos objetivamente que há homens judiciosos e insensatos. Essa distinção seria impossível, se a verdade fosse apenas o que parece a cada pessoa.

Se há discursos verdadeiros ou falsos, também as partes são verdadeiras ou falsas, acontecendo o mesmo com o nome, que é a menor parte do discurso. Portanto, o nome não pode ser atribuído conforme o mero capricho de cada um às coisas. Os entes têm uma essência fixa, independente de cada um de nós. Ora, o que dizemos das coisas, devemos dizer, outrossim, das ações, pois essas são também uma maneira de ser, realizando-se conforme sua própria natureza, não conforme a opinião que delas fazemos. Falar é uma espécie de ação. Nomear as coisas é falar. O nome é um instrumento para nomear alguma coisa de modo semelhante como o furador é instrumento para furar algo. O nome serve, pois, "para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da teia" (5).

O nome é imposto pelo legislador. Nem todas as pessoas têm capacidade de fazer um furador. Esta é a arte do ferreiro, porque o instrumento de trabalho precisa ser fabricado de acordo com o material disponível e não de acordo apenas com a fantasia. O ferreiro conhece a natureza do ferro. Mas quem usa o instrumento julgará se está ou não de acordo com a natureza. O carpinteiro fabrica lemes sob a direção do piloto para que a peça saia bem feita. Da mesma maneira o legislador, em sua tarefa de dar nomes, será ajudado pelo dialético. Este é aquele que sabe interrogar e responder. Sócrates conduz o diálogo em direção à tese de Crátilo, mostrando que nem todos os homens são artífices da palavra, mas só os que conhecem a natureza das coisas e exprimem sua idéia fundamental com letras e sílabas (6).

Sobre isso Hermógenes poderia aprender com seu irmão Cálias, discípulo de Protágoras, cujas idéias, contudo, rejeita. Resta recorrer aos poetas, ou seja, a Homero. Este distingue os nomes dados pelos deuses daqueles que foram dados pelos homens. É claro que os primeiros são mais exatos que os últimos. Entre os homens, admite que haja indivíduos mais judiciosos e outros insensatos.

Como é difícil penetrar no pensamento dos deuses, Sócrates reflete primeiro sobre os nomes de heróis. Toma, como exemplo, o nome de Astyanax, filho de Hector. Embora esses dois nomes tenham letras diferentes, exprimem a mesma coisa. Indicam que o pai e o filho se relacionam com a realeza (7). Parece justo chamar o filho com o nome do pai, como se chama leão ao filho da leoa, a não ser que nasça um filho desnaturado. Neste caso, deverá ser chamado com o nome da espécie a que pertence. Não importam, pois, as letras, mas a essência do objeto deverá permanecer manifesta no nome.

Considerando que os nomes dos heróis foram formados em referência aos ancestrais, podem enganar-nos facilmente, pois a maioria deles perdeu a relação com seus atuais possuidores. Resta, apenas, "muita probabilidade de atinarmos com o sentido exato dos vocábulos nos nomes relacionados com as coisas eternas e a natureza, pois, nesse domínio, deve ter havido bastante critério na escolha, sendo possível, até, que uns tantos houvessem sido formados por algum poder divino, superior aos homens" (8). Entre esses nomes estão os dos deuses, dos demônios, dos homens, da alma e do corpo. E Sócrates examina longamente os nomes das principais divindades, dos astros e dos fenômenos naturais e de noções morais, como sabedoria, justiça, ciência, etc. Quando tenta explicar os nomes dos deuses, concede: "Caso estejas de acordo, levemos avante a investigação, com a advertência inicial para os deuses de que nosso estudo não lhes diz respeito, pois não nos sentimos com capacidade para tanto, porém aos homens e sua maneira de pensar, quando lhes atribuem nomes" (9).

Ao explicar nomes, como "justiça", encontra muita dificuldade, seja porque tais nomes foram alterados através dos tempos ou porque são de origem estrangeira. Esta dificuldade cresce ao passar dos nomes derivados para os primitivos. Esses devem fazer ver a natureza do objeto que designam. Sócrates supõe uma situação em que não tivéssamos voz, nem língua e quiséssemos mostrar as coisas aos outros. Procederíamos, à semelhança dos mudos, indicando-as com as mãos, com a cabeça e com todo o corpo. Para indicar, p.ex., um cavalo a correr, deixaríamos nosso corpo em semelhante estado ao dele. Ora, coisa análoga tentamos com a voz, a língua e a boca. O nome é, portanto, uma imitação dos objetos

pela voz, não uma imitação à maneira da música, que reproduz os sons, nem à maneira da pintura, que reproduz as cores e as formas. O nome deve imitar através das letras e sílabas.

De início, será preciso distinguir as letras por espécies: vogais, semivogais e consoantes. Depois, aplicar-se-á cada letra ou cada grupo de letras às coisas, como pintor que aplica tal cor ou tal conjunto de cores ao original que emita. Surge, assim, através de nomes, verbos, etc. o discurso. Em referência aos nomes primitivos, é preciso começar com as letras. O "r" parece ser instrumento para exprimir toda sorte de movimento. A letra "i" exprime tudo o que é sutil e em tudo penetra. A pronúncia das letras "d" e "t", comprimem a língua e nela se apóiam, é apropriada para exprimir a imitação de encadeamento e de parada. Ao "a" atribui-se o sentido de tamanho e ao "e" o de comprimento por tratar-se de letras longas. O "o" exprime a idéia de redondo, etc. O legislador, aplicando essas propriedades das letras, criou, para cada ser, um signo e um nome, e com esses nomes formou o resto. Nisso consiste a exatidão ou justeza dos nomes (10).

Sócrates está consciente de que os problemas da vida não se resolvem totalmente no plano lógico. Reconhece a natureza ontológica da própria linguagem. Por isso explica que o vocábulo **ónoma** (nome) é uma proposição concentrada, que afirma a existência do ser (**ón**), o qual investigamos. A palavra verdade (**alêtheia**) significa o movimento divino do ser, e **pseudos** (mentira) significa o contrário desse movimento (11). Mas, se não se pode separar totalmente o nome da coisa, também não se pode identificar ambos. Com isso, surge uma ruptura entre a linguagem e o ser.

3 — Os nomes exprimem a natureza das coisas

Durante a primeira parte do diálogo, entre Hermógenes e Sócrates, Crátilo escutava em silêncio. Agora, Hermógenes escutará enquanto Crátilo e Sócrates discutem.

Sócrates passa a submeter sua tese à crítica de Crátilo. Diz que, se a correta aplicação dos nomes consiste em mostrar como é constituída a coisa, a enunciação dos nomes tem por finalidade a instrução. Dar nomes às coisas é uma arte como outras, havendo artífices mais ou menos talentosos, instituindo nomes mais ou menos exatos. Crátilo discorda, porque não admite que um nome seja inexacto ou inadequado. Por isso, é impossível a mentira.

Sócrates introduz a diferença entre o nome de uma coisa e o objeto designado. Se o nome é uma imitação da coisa, imitação semelhante à pintura, pode ser mais ou menos adequada, pois uma pintura pode imitar mais ou menos bem o objeto pintado. Crátilo

objeta que, suprimindo ou somando uma letra, muda o nome. Sócrates dá-lhe razão. Mas diz que a imagem não poderá ser reprodução exata e integral do objeto, porque neste caso já não seria imitação, mas uma duplicata, que não mais se poderia distinguir. Entretanto, "se a distribuição, de fato, pode ser feita dos dois modos, vamos denominar um deles falar verdade, e o outro dizer inverdade. Ora, se as coisas se passam dessa maneira e podemos distribuir inexactamente os nomes e não atribuir a cada pessoa o que lhe é próprio, mas, por vezes, o que não lhe diz respeito, se é possível, também, fazer o mesmo com relação aos verbos" (12).

Basta que o caráter distintivo da coisa se reencontre no nome. O costume consegue representar tanto no semelhante como no dissemelhante. Será forçoso concluir que a convenção e o costume contribuem igualmente para exprimir o que temos no pensamento, no instante em que falamos.

Os nomes servem para instruir. Quando se conhecem os nomes, conhecem-se as coisas. Quando se sabe de que natureza é o nome, sabe-se o que é a coisa. Mas Sócrates objeta: Se o autor estabeleceu os nomes sobre uma concepção errônea das coisas? — Crátilo responde que este necessariamente sabia o que estava fazendo. A melhor prova de que não se afastou da verdade é a coerência que se observa em tudo o que faz. Sócrates julga que essa coerência nada prova. O inventor dos nomes poderia ter-se enganado desde o início e forçado daí por diante tudo o mais a concordar com o seu erro original. Por isso, é preciso refletir a respeito do começo de qualquer assunto e prestar a maior atenção, para saber se foi ou não foi firmado com acerto.

Examinado os nomes, encontram-se muitos que, em vez de exprimirem movimento, exprimem repouso. Supondo que os primeiros legisladores, ao instituírem os nomes, conheciam as coisas, em que se baseavam eles? Certamente não sobre os nomes, pois estes ainda não existiam. Segundo a opinião de Crátilo, nem sobre as coisas, pois é conhecendo os nomes que se conhecem as coisas.

Crátilo admite, como explicação mais exata, que foi um poder sobre-humano que deu às coisas os primeiros nomes, e que, por isso mesmo, eles têm que estar certos. Sócrates retruca que, neste caso, quem instituiu os nomes o fez em contradição consigo mesmo, ou foi um demônio ou um deus, porque, na verdade, há duas categorias de nomes: os relativos ao **movimento** e os relativos ao **repouso**. Se uma dessas categorias é falsa, qual? Qual o critério a adotar e a quem recorrer? — É óbvio, diz Sócrates, que teremos de procurar fora dos nomes alguma coisa que nos faça ver, sem os nomes, qual das duas classes é verdadeira, o que ela demonstrará indicando-nos a verdade das coisas" (13). O método mais seguro parece ser este: não é por meio de seus nomes que devemos

procurar conhecer ou estudar as coisas, mas, de preferência, por meio delas próprias.

Sócrates levanta a hipótese de que aqueles que instituíram os nomes, a partir do pressuposto de que todas as coisas passam e se encontram num fluxo perpétuo, se tenham enganado. Se é permitido afirmar que há um belo e um bom em si, pode-se afirmar que, nas mesmas condições, haja qualquer coisa particular. Ora, o bom e o belo só podem ser conhecidos, se num determinado momento se conservam iguais a si mesmos. Se mudassem sempre, em cada instante, nunca poderiam ser conhecidos por alguém, pois, no instante preciso, em que o observador se aproximasse deles para conhecê-los, eles se transformariam noutra coisa diferente, de modo que não se poderia conhecer a sua natureza ou o seu estado. Não há verdadeiro conhecimento do que sempre muda. Por isso Platão sugere, sem explicitar, que os nomes podem e devem ser formados sobre as coisas em si (idéias). Com isso, no fim, permanece a pergunta: quem tem razão? Heráclito ou Sócrates? Crátilo ainda se inclina a aceitar a opinião de Heráclito. Ambos concordam, no entanto, que a questão merece novo exame em outra oportunidade. Mas Platão dá a entender que a solução depende das formas eternas e imutáveis. E sobre essas fundou sua teoria do conhecimento.

4 — Conclusão

O Crátilo de Platão marca o início de um desenvolvimento longo, mas um início decisivo, na compreensão da linguagem, que conduz a lingüística contemporânea. O pressuposto da identidade entre linguagem e realidade, a unidade de nome e coisa, designada pelo vocábulo *logos* no antigo helenismo (Heráclito), o *logos* como manifestação de todo ente em seu ser, e o enunciado de Parmênides de que "o mesmo é pensar e ser", desfaz-se na dualidade da coisa designada e do nome. Com isso, a linguagem passa a ser vista sempre mais em sua função de designar um ente anteriormente dado. As palavras servem como meros instrumentos ou signos. O signo é enfocado cada vez mais como mero símbolo das "coisas". A diferença introduzida por Platão não mais permite identificação total, nem a separação completa entre nome e coisa. A aporia da origem da linguagem está nisso que, para dar o nome exato às coisas, é preciso conhecê-las e, para conhecê-las, precisamos saber os nomes. Há, pois, uma diferença originária, que se introduz no signo lingüístico como transcendência em relação à coisa nomeada, unindo e separando significante e significado. A acentuação dessa diferença na Lingüística e na Filosofia tende a desarraigá-la a linguagem do ser do homem, de sua corporeidade concreta, para redizê-la a um idealismo total, tendência bastante generalizada na Lingüística saussuriana. Trata-se de uma transição de um enfoque ontológico para o ôntico ou instrumental, na concepção da linguagem, que é criticada, em nossos dias, sobretudo, por M. Heidegger e M. Merleau-Ponty.

Referências bibliográficas

- (1) — SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 4 ed. S. Paulo, Cultrix, 1972. Esta obra, cujo original foi publicado em 1916, é o resultado das anotações feitas por dois alunos, Ch. Bally e A. Séchéhaye, em três cursos dados por Saussure entre 1906 e 1911.
- (2) — PLATÃO, *Diálogos*, vol. IX, trad. de Carlos Alberto Nunes, Universidade Federal do Pará, 1973, p. 119 (383a). Aqui citaremos conforme esta tradução.
Consultamos as seguintes edições: PLATON, *Oeuvres Complètes*, tomo II, Paris, Libr. Garnier Frères, s.d.; PLATON, *Oeuvres Complètes*, tomo V, Paris, Louis Méridier Société d'Édition "Belles Lettres", 1950;
PLATON, *Obras Completas*, Madri, Aguilar, 1969.
- (3) — PLATÃO, *Diálogos*, vol. IX, p. 120 (384d).
- (4) — *Ibidem*, p. 121 (385a).
- (5) — *Ibidem*, p. 126 (388c).
- (6) — *Ibidem*, p. 129 (390e).
- (7) — *Ibidem*, p. 132 (393a).
- (8) — *Ibidem*, p. 137 (397c).
- (9) — *Ibidem*, pp. 142-143 (401a).
- (10) — *Ibidem*, pp. 174-175 (426c a 427d).
- (11) — *Ibidem*, p. 167 (421a).
- (12) — *Ibidem*, p. 181 (431b).
- (13) — *Ibidem*, p. 191 (438d).